

Vitória do presidencialismo agrada mas não facilita acordo com FMI

PAULO FRANCIS
De Nova York

A vitória esmagadora de Sarney no Congresso constituinte, que mostrou mais uma vez que no Brasil não existem partidos políticos, deu aos banqueiros internacionais a tranquilidade de preverem a finalização do acordo já anunciado pelo ministro Mailson da Nóbrega, isto é, de que o Brasil ficaria pagando os juros do débito por oito anos. Notam até, um tanto jocosamente, que o ministro já declarou que precisa chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), antes de se acertar com os banqueiros.

Mas talvez esta tranquilidade seja prematura. Sarney demonstrou terça-feira que o PMDB e demais partidos são tão fracos quanto ele, o que a maioria dos observadores mais inteligentes já presumia, mas é difícil crer que depois de três anos de absoluta pasmaceira o presidente do Brasil

vá agora "governar" nos dois anos que lhe restam de mandato.

Déficit público

Em termos econômicos, é fácil prever com certeza que não haverá acordo algum com o FMI, se o Brasil continuar o aumento galopante do seu déficit público, que já deve ter crescido com o abrir das burras estatais para o voto pró-Sarney, e este correspondente não conhece ninguém que ache que Sarney seja capaz de enfrentar os diversos "lobbies" estatais do Brasil. As restrições à entrada de investimentos estrangeiros continuarão e se desconhece qualquer atitude do presidente para acabar com elas. A dívida interna do Brasil, pelo menos a metade da externa, tem de ser constantemente "rolada", o que leva à impressão maciça de dinheiro, de papel-fantasia. O Morgan Guaranty, que é um banco especializado nesses assuntos, calcula informalmente (porque não tem acesso completo

aos dados) que a inflação no Brasil está em 1% ao dia.

O saldo comercial é um dado positivo, e os banqueiros, como todo mundo mais, só pensam nos seus interesses, e acham este saldo mais do que suficiente para a cobertura dos juros devidos pelo Brasil. John Reed, o diretor-presidente do Citibank, chegou a prever, no "Wall Street Journal", que depois do acordo com o Brasil, o Citibank terá um lucro de US\$ 40 milhões este ano.

Mas o Brasil precisa de um acordo a longo prazo e novas fontes de financiamento. Para isso, com uma economia em plena anarquia, terá de se compor com o Fundo Monetário e o Clube de Paris, que não é preciso sequer consultar para saber que discorrem desta anarquia.

Observadores mais honestos preveem uma vasta recessão e hiperinflação no Brasil. Virão.

Credores esperam definição para o mandato de Sarney

ARMANDO OURIQUE
Do Sucursal do Rio

A definição do Congresso constituinte pelo presidencialismo com mandato de cinco anos foi recebida com alívio pelos banqueiros internacionais. Ela abriu perspectiva, na avaliação de dois executivos de bancos sediados em Nova York, para o governo tomar medidas de redução do déficit público e de recuperação da credibilidade administrativa que, segundo eles, são fundamentais para facilitar o processo de normalização das relações do Brasil com o sistema financeiro internacional.

A votação de terça-feira passada, entretanto, não desfez a perplexidade desses dois executivos em relação ao Brasil. Um deles usou a imagem de que o presidente José Sarney tem agora o campo arado para agir, mas questiona a habilidade do presidente para plantar e colher. Esses executivos também preferem esperar a votação do capítulo das disposições transitórias para terem certeza de que o presidente Sarney terá mandato de cinco anos.

Sem a redução significativa do déficit público, na avaliação dos executivos, será difícil para o Brasil concluir alguns passos decisivos para o restabelecimento das relações com o sistema financeiro internacional. Esses passos decisivos incluem a adesão de cerca de setecentos bancos credores ao acor-

do de reescalonamento da dívida que está sendo finalizado com o comitê assessor dos bancos credores, a conclusão do programa de ajustamento econômico que começará a ser negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no mês que vem em Washington, o desembolso em junho próximo da segunda parcela, de US\$ 2 bilhões, do crédito ponte acordado pelos principais credores (para o Brasil normalizar o pagamento de juros vencidos em 1987) e a realização de negociações com o Clube de Paris, organismo que representa as agências oficiais de crédito dos países capitalistas desenvolvidos.

A indefinição sobre o sistema de governo e o mandato presidencial estava obstruindo a capacidade de elaboração e execução de políticas econômicas que os banqueiros acreditam ser necessárias. As escolhas feitas pelo Congresso constituinte são condizentes para o governo agir agora sobre vários tópicos financeiros e econômicos específicos. O Brasil, segundo uma avaliação, tem urgência em reduzir o déficit público e criar um clima favorável ao aumento da poupança interna e do investimento. Com a nova perspectiva de ação do governo, os banqueiros, segundo disse um dos executivos, estão mais confiantes que o Brasil não retornará à moratória. Esse temor, porém, ainda persiste e pode dificultar a adesão dos bancos credores ao acordo que está sendo finalizado com o comitê assessor.

Negociadores confundem comitê

Do Sucursal do Rio

Como se não bastasse o alto grau de complicação nas discussões dos termos do acordo de dívida externa, o comitê assessor dos bancos credores debateu uma questão inesperada, em reunião realizada sem a presença de brasileiros, na terça-feira passada, no Hotel Tambov. O assunto em discussão foi o

discuta com maior frequência assuntos políticos e Seixas, assuntos técnicos. Quando não há necessidade ou possibilidade de consulta ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, quem decide sobre o conteúdo do discurso de Amaral é Seixas. Consta que os dois são bem entrosados.

Mailson, entretanto, costuma e n-